

## AS COTAS RACIAIS NO BRASIL A SOLUÇÃO PARA A DIMINUIÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL?

JOAO JULIO SOARES LOPES <sup>1</sup>; WAGNER OLIVEIRA MONTEIRO<sup>2</sup>; PAULA MEYER SOARES  
PASSANEZI<sup>3</sup>

<sup>1</sup>UNINOVE/ Gerenciais, julio\_economia@gmail.com

<sup>3</sup>UNINOVE/Gerenciais, wagnerom@hotmail.com

<sup>4</sup>UNINOVE/ Gerenciais,ppassanezi@uninove.br (orientadora)

**Resumo:** A adoção do sistema de cotas no Brasil é um tema controverso que suscita dúvidas quanto a sua eficácia. O Brasil é um país intercontinental diverso que possui uma demanda social diversa particular. Não há uma identificação racial clara e objetiva que delinhe as diferenças entre os brancos e negros. O referido trabalho fará uma investigação acerca do sistema de cotas na universidade brasileiras com o intuito de apresentar as controvérsias existentes em torno dessa iniciativa adotada pelo Estado brasileiro no seio das nossas universidades. O sistema de cotas surge como um mecanismo de inclusão social que por um lado acolhe um determinado segmento social da sociedade e exclui um outro. Essa diferenciação é por natureza discriminatória e excludente. Por outro lado o sistema de cotas é uma medida que favorece a inclusão social de grupos sociais marginalizados e preteridos porém adoção de iniciativas dessa natureza por si só são insuficientes e incapazes de assegurar o futuro promissor a esses jovens beneficiados.

**Palavras-chave:** Sistema de cotas raciais, ações afirmativas, exclusão social, inclusão social.

**Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

### Introdução

A história do sistema de cotas no Brasil data dos anos 90, mais precisamente durante o Governo FHC com a instituição da nova Lei de Diretrizes Básicas da Educação que aprovava a adoção de políticas de *ações afirmativas*, incluindo cotas para indígenas, negros, ex-alunos de escolas públicas.

Na verdade presenciou-se nos anos 90 uma mudança da postura de vários segmentos da sociedade em relação ao tratamento dado as questões da população negra no País. Foi um período marcado pela constituição de conselhos de desenvolvimento e participação negra no plano estadual, municipal e federal – implantação do Grupo de Trabalho Interministerial cujo objetivo era o de estimular e formular políticas de *valorização* da população negra.

Esse movimento *pró-negros* culminou em um acalorado debate sobre a essência dessas iniciativas públicas que visavam o resgate e inclusão de um segmento considerado historicamente marginalizado e excluído por motivos raciais, étnicos ou outros motivos.

O referido trabalho fará uma investigação acerca do sistema de cotas na universidade brasileiras com o intuito de apresentar as controvérsias existentes em torno dessa iniciativa adotada pelo Estado brasileiro no seio das nossas universidades. Por ultimo teceremos nossas considerações a respeito da intervenção do Estado com a adoção do sistema de cotas e as políticas de curto e de longo prazos que poderiam ser implementadas.

### Metodologia

A realização do referido estudo baseou-se em referencial teórico que trata especificamente sobre as cotas raciais nas universidades.

### Discussão

O Brasil é um país continental onde a desigualdade social é uma característica presente e constante da nossa população. Essa desigualdade está presente também nos bancos escolares, os perfis dos alunos da escola pública de particular é o resultado da adoção de políticas públicas educacionais.

A partir da década de 90, observou-se uma intensificação dos movimentos populares relacionados ao acesso ao ensino superior. Segundo ROSEMBERG (2000) o que havia de novo nestes movimentos era o fato de que não foram as classes médias que reivindicavam desta vez defendendo os idéias socialistas. Desta vez foram jovens que empunhavam a bandeira pelo acesso igualitário e gratuito às universidades publicas.

Para que possamos compreender o sistema de cotas no Brasil e a sua eficácia no que tange a inclusão de fatos de grupos considerados excluídos e marginalizados do acesso ao ensino superior é importante a sistematização de algumas informações e reflexões correlatas ao tema.

Alguns autores utilizam de modo diverso a conceituação de raça. ROSEMBERG (2000) adota o conceito normativo da sociologia que considera a noção de raça como sendo uma construção social com pouca ou nenhuma base biológica. A conceituação de raça permite a classificação hierárquica dos segmentos sociais.

Alguns países a classificação racial baseia-se pela descendência africana, é denominada por hipodescendência. Nos EUA por exemplo, a descendência é que determina a raça.

No Brasil, a hipodescendência não define a raça do indivíduo. Por sermos um país miscigenado onde a participação e contribuição genética de um grupo diverso de indivíduos – índios, negros, brancos, mulatos, caboclos – na composição da “raça brasileira” o modelo brasileiro de classificação racial é multipolar, isso permite que os indivíduos possam ser classificados de formas distintas. É notório que no Brasil prevalece a idéia de identificação racial “intermediária” com os termos mulato, pardo ou moreno. (SILVERIO, 2002).

A consciência racial no país a meu ver é algo delicado e complexo. Historicamente os fatos revelam a negação da “variedade” racial que existe no território nacional. Segundo SILVERIO (2002) a tentativa de negar a raça existe como um fator gerador de desigualdades sociais por uma parcela significativa dos setores dominantes.

As desigualdades sociais são construídas no bojo da sociedade decorrentes dos movimentos sociais e econômicos. Estas têm por base um juízo de superioridade e inferioridade de grupos, ou classes sociais. (SILVERIO, 2002)

No Brasil a relação de alunos brancos e negro e/ou pardos no ensino fundamental e superior é de 1,5 e 0,7 respectivamente. (Censo, 2000). Isso mostra que o acesso dos negros ao ensino superior é cada vez menor se comparada o acesso ao ensino básico. Essa distorção pode ser por sua vez *corrigida* (grifo nosso) por meio da

adoção de medidas que possibilitem o resgate de parcela dessa população.

ROSEMBERG (2000) mostra que o racismo de certa maneira contribui para a dispersão ainda maior destes números. As estatísticas mostram claramente esse maltrato em relação a população negra. Os níveis de escolaridade dos negros são menores se comparada com a população branca, a taxa de mortalidade é maior neste segmento da sociedade; a taxa de desemprego é maior para a população negra e isso reflete no nível de salários pagos pelo mercado. Na verdade, tais desigualdades são produzidas, reproduzidas por um sistema produtivo que carrega na sua essência características do modo de produção colonial.

Essa “herança maldita” que até os dias de hoje provoca uma segregação velada entre negros e brancos no Brasil aumenta ainda mais o flanco entre esses dois segmentos – brancos e negros. É importante discutirmos a viabilidade e legitimidade do sistema de cotas em uma sociedade miscigenada como a nossa e refletir se essa é a saída para a diminuição das diferenças sociais no seio da nossa sociedade.

O sistema de cotas no Brasil data dos anos 90. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira universidade a adotar a política de sistema de cotas. As opiniões acerca em torno da medida instaurada pelo governo Fernando Henrique Cardoso são diversas e contraditórias.

Segundo CARVALHO (2003) a cota estabelece por meio da adoção de pisos e tetos numéricos o acesso de pessoas oriundas de grupos menores e menos favorecidos a determinados bens públicos – universidades, empregos, saúde.

Alguns autores consideram o sistema de cotas no Brasil como uma ação afirmativa importante e eficaz no que tange a inclusão destes grupos menos favorecidos (se assim me permite dizer).

“Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, [...] a garantir a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar as perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos, raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros.”(ROSEMBERG (2000) apud (Ministério da Justiça, 1996, GTI População Negra).

Nos Estados Unidos as ações afirmativas datam dos anos 60, mais precisamente durante o Governo John Kennedy. Neste período, instituiu-se que as empresas que trabalhavam para o governo federal deveriam tomar as ações

afirmativas de tal modo que assegurasse o emprego de pessoas sem que estas fossem discriminadas seja pela raça, credo, cor ou origem nacional.

A partir de 1964, Lei de Direitos Civis decretou mecanismos de entrada preferencial para negros objetivando a correção de eventuais discriminações oriundas do passado e presente. Tal iniciativa se estendeu as Universidades em meados dos anos 60 e 70, estudantes entenderam que as ações afirmativas deveriam também se estender as Universidades americanas.

Em 2007, por sua vez a Corte Americana instituiu no estado de Kentucky e Washington que as escolas não podem utilizar os programas de ações afirmativas para garantir a mistura racial nestes estabelecimentos de ensino. Essa decisão é histórica do ponto de vista de jurisprudência haja visto que trata-se de uma negativa em torno de uma decisão de 1954, que refuta toda e qualquer atitude de segregação racial em escolas de ensino fundamental.

O sistema de cotas nos estabelecimentos de ensino é um assunto controverso no âmbito jurídico e sociológico. É importante expor essas controvérsias que discutem e contestam o referido sistema. A seguir exporemos alguns pontos que devem ser revistos antes de nos atermos a discussão acerca da viabilidade do sistema de cotas no Brasil.

### 1. SISTEMA DE COTAS: UMA VISAO APROXIMADA

A conceituação de raça e distinção desta encontra suas incoerências e dificuldades no âmbito histórico como vimos anteriormente. O Brasil foi colonizado por portugueses e outros grupos de indivíduos vindos da Europa no início do século XVIII. A chegada e permanência destes grupos suscitaram a formação de um grupo social de etnia multipolar.

Após a abolição dos escravos em 1889, a classe negra ficou renegada aos postos de trabalho livres por muitos anos. Na época o *branqueamento* e a intensificação da imigração europeia retardou e dificultou inclusive o estabelecimento dos negros nas instituições de ensino. (ROSEMBERG, 2000)

A supremacia dos imigrantes europeus data do período da Colonização do país e apesar do Estado reconhecer a legitimidade da libertação do negros, estes por sua vez continuaram sendo tratados como escravo e negros. As oportunidades geradas no seio da sociedade não estavam “a disposição” deste grupo de indivíduos. A figura do negro por muitos anos esteve atrelada ao trabalho escravo, sem valor portanto vinculada ao domínio de uma classe social abastada e considerada superior.

Essa supremacia do branco sobre o negro propiciou o aumento da desigualdade entre essas classes desde o período do descobrimento. O Brasil de hoje é caracterizado pela sua diversidade cultural, social e econômica. Os indicadores sociais e econômicos mostram as diferenças entre negros e brancos. A taxa de mortalidade é maior se comparada ao grupo de brancos. Os níveis de escolaridade são maiores nas escolas onde predominam os alunos brancos. As áreas periféricas afastadas de seus centros são habitadas basicamente por pretos e pardos.

Essa diversidade racial por sua vez culmina na desigualdade educacional entre negros e brancos. O passado escravista associado a manutenção de um sistema educacional e político pouco democrático. As oportunidades geradas eram focadas em outros segmentos da sociedade que não fossem negros e índios. Na escola o racismo simbólico prevalece em varias circunstancias: no material didático, na composição do quadro docente, etc.. Isso propicia a criação de ambiente hostil e que desampare ainda mais a criança negra. A segregação espacial das populações negras é fato. A população pobre e negra habita longe do centro em lugares menos urbanizados e com condições mais precárias ao estudo. Essa divisão espacial entre negros e brancos facilita a pratica de ações discriminatórias pelas quais os negros são percebidos de modo negativo no âmbito intelectual. (HENRIQUES, 2000)

Por outro lado, as opiniões acerca da adoção do sistema de cotas nas universidades divide alunos e professores.

Um pesquisa realizada sobre o sistema de cotas em 2000, mostrou que 87% dos entrevistados eram a favor do sistema para pessoas pobres e 65% eram a favor do sistema de cotas para negros. (FONSECA, 2007).

A diversidade de opiniões nos remete a uma discussão acerca da legitimidade do direito de alguns indivíduos em detrimento de outros. A construção de uma sociedade baseada nos princípios da igualdade e da democracia não estão sendo violados quando adotamos o sistema de cotas nas universidades?

A igualdade dos indivíduos se estende também a igualdade de oportunidades e a liberdade de escolha dentro da sociedade.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi pioneira na adoção das cotas e as opiniões são diversas em relação ao assunto. GUERRA (2003) mostra o modo pelo qual como o projeto foi tratado e encaminhado sem a consulta e discussão com as instituições de ensino e comunidade não foi o caminho mais adequado. Por outro lado, o autor mostra em depoimento de aluna beneficiada pelo sistema de cotas a *perfeita*

*integração* (grifo nosso) entre alunos beneficiados e os demais alunos.

A desigualdade no país assola não somente negros mas brancos também. O Brasil é o país que possui a maior carga tributária do planeta ! (40% do PIB) e uma das mais perversos sistemas de distribuição de renda.

Ademais, como mostra ROSEMBERG (2000) a desigualdade social é de certo modo sustentada também pelo racismo. O autor explica a desigualdade por meio de dois planos: o plano simbólico e o plano estrutural. O racismo se manifesta no plano simbólico quando existe uma crença de superioridade entre uma raça e outra, seja ela transmitida consanguineamente ou de um grupo social a outro. No plano estrutural, o racismo corrobora com a desigualdade ao acesso aos bens materiais é desigual entre os grupos raciais.

O modo pelo qual ocorre a perpetuação das desigualdades sociais é assunto bastante controverso entre os autores. Porém, os fatos históricos mostram a condição subalterna de negros e índios na sociedade caracterizada pela desigualdade econômica e social. (ROSEMBERG, 2000).

A condição econômica menos favorecida das classes indígenas e negras é reforçada reforça-se pelo preconceito racial velado que existe em relação a este grupo. Essa idéia de superioridade de um grupo em relação a outro culmina do agravamento da desigualdade social.

A criação do sistema de cotas na universidade para um determinado segmento da sociedade exige a adoção de algumas medidas que possibilitem o ingresso de um numero cada vez mais significativo de alunos na rede de ensino superior publica:

ROSEMBERG (2000) aponta quatro iniciativas:

- a) aulas de reforço ou cursos preparatórios para o acesso ao ensino superior;
- b) financiamento de cursos preparatórios;
- c) criação de cursos específicos para estes segmentos raciais, como licenciaturas para professores indígenas e por ultimo

A mudança no sistema de ingresso nas instituições de ensino superior por meio do estabelecimento de metas, pontuação.

A adoção de tais iniciativas, sem dúvida, aumentariam as chances de ingresso destes grupos menos favorecidos além de diminuir as chances de evasão escolar. Ademais é importante que o Estado apóie financeiramente esses alunos ingressantes com a concessão de bolsas de estudo.(GUERRA,2003)

O ingresso é apenas uma das etapas do processo sendo necessário o apoio do Estado posteriormente.

## 2. SISTEMA DE COTAS: A ÚNICA SAÍDA ?

A adoção isolada do sistema de cotas não pode ser considerada uma iniciativa que permitirá no médio e longo prazos a inclusão de um segmento social historicamente marginalizado e preterido pela sociedade. É importante que algumas ações sejam implantadas para a permanência dos cotistas no curto prazo.

É importante que a entrada destes alunos beneficiados nestas instituições tenha um acompanhamento por um grupo de profissionais que capacitem a caminhada destes jovens durante o período em que estejam realizando seus estudos na universidade.

É sabido que a maioria destes alunos vem de escolas com graves deficiências de formação básica e fundamental. As estatísticas mostram que cerca de 80% dos alunos ingressantes nas universidades paulistas publicas advém de escolas particulares e compostas basicamente por brancos. Portanto, a entrada destes alunos na universidade por meio do sistema de cotas não encerra o papel do Estado neste processo de resgate de identidade e cidadania. Como mostra GUERRA (2003) é importante que o Estado apóie tal iniciativa suportando estes alunos por meio da concessão de bolsas que permitam a realização de seus estudos de modo pleno. É importante a criação de mecanismos que balizem e mensurem o desempenho dos alunos beneficiados de tal modo que o sistema de cotas não se transforme em uma iniciativa que aumente o flanco entre negros e brancos.

No longo prazo, o sistema de cotas é a única saída? A adoção do mesmo como mecanismo de correção de injustiças passada é um assunto bastante polêmico. Vimos que a discriminação racial data da época do Brasil-Colônia quando a participação de negros e índios era dificultada com a chegada e consolidação da Coroa Portuguesa no país. NORTH (1990) mostra que o surgimento das instituições está intrinsecamente associado ao poder de barganha da classe política e econômica. Na época, os negros formavam um segmento da sociedade sem voz ativa e expressão política o que culminou na perda de espaço no setor produtivo e educacional. Esse papel de segmento coadjuvante aprofundou ainda mais as diferenças sociais, econômicas e políticas entre negros e brancos.

A evolução dos fatos históricos e as políticas educacionais de universalização do ensino no Brasil a partir da década de 90 nos remete a outras questões acerca da qualidade do ensino no Brasil. O estudante brasileiro ocupa o 72º lugar mundial no Programa Internacional de Noções de Matemática e Leitura. Essa é uma

questão muito mais emergente que dever ser discutida e revista por profissionais ligados a área de ensino. A expansão do ensino sem qualidade não garantirá no longo prazo a manutenção deste aluno dentro da escola e tampouco o seu ingresso em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Devemos então substituir o sistema de cotas? Acho que a questão central é: o que o Estado deve fazer para que no longo prazo o sistema de cotas seja substituído. No longo prazo é importante que o Estado se ocupe na melhoria da qualidade do ensino médio e fundamental. É importante a criação de mecanismos que valorizem aquelas instituições de ensino cuja qualidade seja melhorada ano após ano. Esse reconhecimento poderia ser simbólico por meio da entrega de premiações reconhecidas nacionalmente pelos órgãos reguladores de ensino ou ainda por meio do aumento do repasse de recursos financeiros a essas escolas. A criação de um Selo de Qualidade pelo Ministério da Educação seria também um instrumento eficaz e que permitiria avaliar o corpo docente e os esforços realizados por estes no que tange ao aperfeiçoamento das habilidades e competências educacionais.

Um ensino de melhor qualidade possibilita a sustentabilidade das políticas econômicas de crescimento do produto e expansão da economia. É necessário a criação deste “circulo virtuoso”. Uma nação formada por cidadãos formados e capacitados para a execução das tarefas menos arduas é o começo da formação de uma nação forte e autônoma em um mundo cada vez mais globalizado e competitivo.

### Conclusão

A adoção do sistema de cotas nas universidades é antes de mais nada uma decisão política que trouxe a tona várias questões anteriormente adormecidas nas mentes de seus cidadãos.

O Brasil é um país continental e dotado de uma diversidade cultural, social e econômica. Essa diversidade torna a discussão de políticas de inclusão social ou ações afirmativas (se assim preferir denominar) bastante complexas.

A colonização portuguesa associada com a miscigenação de negros e índios possibilitou a criação de raça multipolar. A caracterização do negro puro em solo brasileiro é difícil de ser feita. Assim como para a raça branca e indígena. Essa mistura racial propiciou uma negação racial, do que o povo brasileiro realmente seja em termos de raça. Essa falta de identidade racial somada ao domínio secular da raça branca (herança desde o período da colonização) sobre as outras classes, inclusive a composta por negros geram uma

difficuldade em torno da identificação racial de seus indivíduos.

É natural que a criação do sistema de cotas nas universidades gerasse uma polemica em torno do assunto. A falta da identificação racial do povo brasileiro baseada em critérios claros e objetivos, o aumento das diferenças sociais entre brancos e negros decorrentes da discriminação secular que existe em relação aos últimos, sem dúvida alguma geraria uma discussão mais ampla na sociedade.

Ademais, por sermos uma sociedade em que as bases do sistema produtivo assenta-se nos preceitos do capitalismo – apropriação dos fatores de produção pela iniciativa privada, liberdade, competição. O sistema de cotas surge como um mecanismo de inclusão social que por um lado acolhe um determinado segmento social da sociedade e exclui um outro. Essa diferenciação é por natureza discriminatória e excludente. O direito do cidadão (considerado branco) é violado. A adoção do sistema de cotas não garante que esses cidadãos anteriormente excluídos e marginalizados serão capazes de competir de modo igualitário no mercado de trabalho.

É necessário acompanhamento pelo Estado destes alunos beneficiados ao ingressar na escola e ao sair também. As barreiras e preconceitos ao ingressar serão muitos – profissionais ligados a área de educação e ciências sociais – devem acompanhar o desempenho destes para que não se evadam. Ao finalizarem seus estudos o Estado tem que garantir condições de ingresso destes alunos no mercado de trabalho por meio do aprimoramento das habilidades e competências profissionais.

A substituição do sistema de cotas deve se pensada quando o ensino básico alcançar um nível aceitável de qualidade. Ou seja, quando os alunos tiverem o domínio das noções de leitura, matemática e conhecimentos gerais. O alcance dessa qualidade exige fiscalização e adoção de mecanismos que incentivem o aperfeiçoamento do ensino neste ciclo básico.

O sistema de cotas é bom ou ruim? O sistema de cotas é uma medida que favorece a inclusão social de grupos sociais marginalizados e preteridos porem adoção de iniciativas dessa natureza por si só são insuficientes e incapazes de assegurar o futuro promissor a esses jovens beneficiados.

### Referencias Bibliograficas

CARVALHO, J. J. *As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras*. Brasília: UnB, Departamento de Antropologia, 2004. (Série Antropologia, 358).

CARVALHO, J. J.; SEGATO, R. L. *Plano de metas para a integração social, étnica e racial da Universidade de Brasília*. 2002. Mimeografado. 3 p.

HENRIQUES, Ricardo. "É preciso tratar desigualmente os desiguais". *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 abr. 2002. Entrevista feita por Helena Celestino e Maiá Meneses. Site O Globo, acesso em 24 jul. 2002

FRY, Peter. A lógica das cotas raciais. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 14 abr. 2004.

DOMINGUES, Petronio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2005, n.29, pp. 164-176.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo, (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

\_\_\_\_\_, (2002). *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34.

\_\_\_\_\_, (2003). Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 118, p. 247-268, mar.

HENRIQUES, Ricard, (2001). *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para discussão, nº 807).

HERINGER, Rosana, (2001). Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, nº 2.

ROSENBERG, C., (2000). Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 117, p. 197-217,